

em MOVIMENTO

Pelos caminhos do mundo, para o caminho de Abril



Jornal da responsabilidade do PCP/Emigração

Distribuição gratuita

N.º 6 - Julho 2009



CDU a crescer dá confiança a uma vida melhor

CDU apresenta candidaturas

Nos dois círculos da Emigração para as eleições legislativas que terão lugar no dia 27 de Setembro



Páginas centrais



CDU presta contas

Página 3

CDU a crescer, dá confiança para uma vida melhor!

O importante êxito eleitoral da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu projectou na vida nacional e para as próximas eleições legislativas a possibilidade de derrotar a política de direita e impor uma viragem na política nacional e, conseqüentemente, uma nova política para as comunidades portuguesas. O progresso eleitoral da CDU contou com a contribuição dos eleitores residentes no estrangeiro, porque também aqui a CDU se reforçou.

A CDU cresceu, num quadro em que teve de vencer uma ostensiva e persistente deturpação e silenciamento da sua mensagem e propostas e o uso de sondagens destinado a favorecerem candidaturas adversárias, fomentada por aqueles que sabem que é na CDU que reside o voto que os protagonistas da política de direita e os interesses económicos a ela associados mais temem pela luta e projecto alternativo que a CDU incorpora.

O resultado obtido pelo PS, o mais baixo dos últimos 22 anos, traduzido na perda de 5 deputados e 550 mil votos, constitui uma expressiva recusa à política do Governo e são inseparáveis da luta, do protesto e indignação que juntou centenas de milhares de portugueses em grandiosas acções na defesa do direito ao trabalho, dos serviços públicos, de conquistas sociais. Foi nos últimos quatro anos que as comunidades portuguesas se mobilizaram promovendo múltiplas lutas em torno da defesa da manutenção da rede consular, do ensino da língua portuguesa no estrangeiro, dos ex-militares.

Estas acções são expressão de uma clara condenação da política de direita do PS e confirmam que é possível e indispensável, com o reforço da CDU, impor uma nova e expressiva derrota ao Governo e à sua política.

Mas, se este resultado expressa a condenação da política de direita, ela ainda não está derrotada e aí estão já as operações visando salvá-la, com o estímulo artificial de uma dinâmica de bipolarização tendente a iludir a plena identidade de propostas e política que, no essencial, unem PS e PSD em matéria de política nacional e de opções para o país e em consequência para as comunidades portuguesas.

O país reclama e é urgente uma ruptura com a política de direita e a construção de uma solução política de esquerda, imperativo patriótico e democrático e condição para assegurar um Portugal com futuro, de progresso e soberano.

Uma política de esquerda ao serviço do povo e do país, que baseada em princípios e valores da Constituição da República consagra: a valorização do trabalho e dos trabalhadores; a defesa dos sectores produtivos e da produção nacional onde o Estado assuma um papel determinante nos sectores estratégicos; uma administração e serviços públicos ao serviço do país; a defesa do meio ambiente; o ordenamento do território e a promoção de um efectivo desenvolvimento regional; a democratização e promoção do acesso à cultura; a defesa do património cultural; a defesa do regime democrático de Abril e o cumprimento da Constituição da República; a efectiva subordinação do poder económico ao poder político; a afirmação de um Portugal livre e soberano e uma Europa de paz e cooperação.

Uma política de esquerda que tenha em conta a importância das comunidades portuguesas e que as reconheça como um vector estratégico para a afirmação e projecção de Portugal no mundo e que interrompa a política que tem discriminado os portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro; faça a promoção, expansão e qualificação do ensino da língua e cultura portuguesas; garanta a existência de uma rede consular moderna e qualificada respondendo às necessidades das várias gerações de emigrantes e às novas realidades dos movimentos migratórios; promova o diálogo com as multifacetadas estruturas representativas da nossa Diáspora e, em particular, respeite a autonomia do Conselho das Comunidades Portuguesas.

O país precisa de uma nova política sendo indispensável a ampliação da expressão eleitoral da CDU, que se apresenta a estas eleições como a única força portadora de um projecto de futuro, indispensável à construção de uma vida melhor.

Os candidatos da CDU integrantes das listas aos Círculos Eleitorais da Europa e Fora da Europa assumem um compromisso com os emigrantes portugueses de entrega total em defesa dos seus interesses, como a sua prática confirma.

A CDU é a única força que, pelo seu projecto e pela garantia que o seu percurso unitário e democrático testemunham, pode pôr fim à alternância e abrir portas à construção de uma alternativa política.

A CDU apela aos emigrantes que, nas próximas eleições legislativas de 27 de Setembro, votem e reforcem a expressão eleitoral da CDU.

Manuela Pinto Ângelo
do Secretariado do CC do PCP ●

O Militante

Boletim do PCP Reflexão e Prática

O número de Julho/Agosto de 2009 de **O Militante**, que acaba de sair, trata de uma questão fundamental da política e da actividade do PCP, a saber, a sua ligação às massas. Apontando quatro experiências em regiões muito distintas como Lisboa ou Braga, São Pedro da Cova ou Almada, **O Militante** procura dar a conhecer, através de experiências concretas, o trabalho dos comunistas nas empresas e locais de trabalho ou no movimento associativo. Como se diz num dos artigos "a ligação às massas depende do acerto das nossas orientações" que têm que corresponder à vontade de resolver os problemas dos trabalhadores e das populações.

Mas **O Militante** trata ainda de outros temas como a "Organização: alargar a influência, desenvolver a luta, reforçar o Partido"; ou "Direitos, liberdades e garantias" que continuam a ser postos em causa pelas políticas de direita dos go-

vernos PS ou PSD coligados ou não com o CDS/PP; ou as páginas de História dedicadas à "1ª República" e "Sobre o fascismo e a verdadeira história"; ou a "Juventude e a ofensiva ideológica"; ou sobre Economia "Micro, pequenas e médias empresas" e "Crise energética, crise do capitalismo" ou ainda sobre a CDU e as eleições para o Parlamento Europeu, em que se trata da "Marcha de 23 de Maio - Protesto, confiança e luta", se divulga os resultados eleitorais e se publica o Comunicado do Comité Central do PCP e a sua Resolução Política de 9 de Junho de 2009".

Assina Lê e Divulga: *o militante*

publica-se de 2 em 2 meses, o valor duma assinatura dos 6 números:

Europa - 20,00 _
Fora da Europa - 26,00 _
Distribuição e assinaturas:
Av. Gago Coutinho, 121
1700-029 Lisboa ●



Receba em casa *em MOVIMENTO*

Ligue para (351) 21 781 38 00 ou envie o seu nome e morada completa para:
DOE do PCP - Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa PORTUGAL ●

Em MOVIMENTO

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Administração e Edição
DOE - Direcção da Organização na Emigração do PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Telefone: (351) 21 781 38 00
Fax: (351) 21 781 38 32
E-mail: emigracao@pcp.pt
Site: www.emigracao.pcp.pt
Contribuinte: 500940673

Director

João Armando

Colaboraram neste número

Anselmo Dias
José Cavaco
Manuela Pinto Ângelo

Impressão: Grafisa,
R. José Gomes Ferreira, 16
Vale Mourão - 2735-604 Cacém

Periodicidade: Quadrimestral
Tiragem: 7.000 exemplares ●

PCP apresenta contas

Chegados ao final desta Legislatura podemos concluir que o balanço do trabalho parlamentar do PCP no que às comunidades portuguesas diz respeito, foi amplamente positivo. Uma actividade alicerçada na firme determinação de cumprir os seus compromissos com os portugueses e de combater a desastrosa política do Governo PS de José Sócrates.

De sublinhar no entanto que essa intervenção desenvolveu-se em articulação com a luta mais geral do PCP e das suas organizações no estrangeiro em defesa dos interesses das respectivas comunidades. Os portugueses da Diáspora tiveram no PCP ao longo desta legislatura um porta-voz das suas reivindicações e aspirações.

A qualidade da intervenção dos Deputados do PCP ficou expressa na apresentação dos vários Projectos de Lei e de Resolução, nos pedidos de Apreciação de diplomas aprovados pelo Governo, nas propostas de reforço de verbas em sede de Orçamento do Estado, na

participação em reuniões nas Comissões Parlamentares, nas intervenções em Plenário e nas Comissões, nas audiências, reuniões e participação em iniciativas promovidas pelas comunidades, nas perguntas e requerimentos dirigidas aos governantes. Uma intervenção que é um exemplo que contribui para a dignificação das instituições democráticas, não só pelo profundo respeito pelos compromissos assumidos mas também pela sua estreita ligação aos problemas das populações em geral e das comunidades portuguesas em particular.

A actividade do Grupo Parlamentar que aqui damos conta, constitui uma garantia de que na próxima Legislatura os deputados comunistas continuarão a ser merecedores de confiança dos portugueses. É tempo dos eleitores da emigração que sempre têm eleito deputados do PS e do PSD que acabam por alinhar com as políticas anti-comunidades dos sucessivos governos, elejam desta vez uma candidata da CDU. ●



Orçamento do Estado

Em cada ano fiscal o PCP apresentou propostas de reforço de verbas para as Comunidades Portuguesas, propostas que sucessivamente foram chumbadas pela maioria parlamentar do PS.

Propostas do PCP	2006 em €	2007 em €	2008 em €	2009 em €
Programa de promoção, expansão e qualificação do ensino da língua e cultura portuguesas	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00
Reforço de verbas para o CCP	+ 20.000,00	+170.000,00(a)	+170.000,00(a)	420.000,00(b)
Reforço de verbas para o Recenseamento eleitoral	+ 12.000,00			
Recenseamento da população portuguesa residente no estrangeiro	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
Para pagamento de actualização salarial de 2001 aos trabalhadores dos serviços externos do MNE (c)	685.000,00	705.550,00	722.490,00	722.490,00
Para trabalhadores ao serviço do MNE mas sem qualquer protecção na velhice			500.000,00	500.000,00

(a) Este reforço tinha em conta o processo eleitoral para o CCP e a realização do plenário mundial que deveriam realizar-se inicialmente em 2007 e foi adiado para 2008.
(b) O Governo deixou de mencionar no OE qualquer verba para o CCP. A proposta do PCP tem em conta esta nova situação bem com o novo modelo organizacional.
(c) Actualização acordada entre o Governo PS/Guterres e o respectivo sindicato (STCDE) que os sucessivos governo recusam-se a cumprir.

Cerca de 70 Requerimentos e Perguntas dirigidas ao Governo

O PCP apresentou durante este mandato cerca de 70 Requerimentos e Perguntas ao Governo sobre as questões mais importantes e mais sensíveis para os emigrantes e suas famílias, como por exemplo: os **portugueses a trabalhar nas Bermudas** que estiveram impedidos de sair do país porque não conseguiam renovar os seus passaportes; ou o **cidadão português em Paris** em greve de fome devido a injustiça dos tribunais; ou ainda sobre o **cidadão português preso no Dubai**, para o qual exigimos o acompanhamento da Embaixada Portuguesa.

As situações de exploração de trabalhadores portugueses na **Holanda**, na **Espanha**, no **Reino Unido**, nas **plataformas do Mar do Norte**, foram questões frequentemente levadas à Assembleia da República pelo PCP.

Bem como o insuficiente **apoio aos emigrantes carenciados**; a ausência de regulamentação do regime jurídico do serviço militar para efeitos de reforma aos **ex-militares emigrantes**; os problemas relacionados com a **aquisição da nacionalidade** portuguesa por parte dos lusodescendentes; a **dupla tributação na Bélgica**.

A situação do **ensino da língua e cultura portuguesas** nas comunidades foi objecto de diversas interpelações. O Grupo Parlamentar do PCP questionou

em vários momentos os ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação sobre a não colocação ou o atraso nos concursos para colocação de professores; a falta de pagamento a muitos professores do subsídio de Natal ou ainda a ausência de assistência na saúde.

A **reestruturação consular** imposta pelo Governo e contestada pelas Comunidades, levou o PCP a intervir e a questionar o Governo por diversas vezes, nomeadamente sobre a incompreensível situação que persiste na **Holanda** onde o Governo está a pagar um aluguer, em Haia, das novas instalações do serviço consular que continua a funcionar em Roterdão.

A **discriminação que afecta os trabalhadores consulares** e das missões diplomáticas foi também objecto de requerimentos endereçados ao Governo pelos deputados comunistas, nomeadamente por não disporem de protecção social nas situações de invalidez e velhice ou ainda pela precariedade laboral em que muitos se encontram, ou sobre o "desrespeito pelos direitos laborais dos funcionários da Embaixada Portuguesa em Brasília".

O PCP continuará a exercer o seu direito constitucional de verificar a acção do Governo e de questioná-lo sobre as opções que toma. ●

Sinais da aberrante reforma consular

Oficialmente o Governo extinguiu o Consulado Geral de Portugal em Roterdão e criou a Secção consular da embaixada em Haia. Para esta nova estrutura o Governo alugou, ainda em 2008, um novo edifício que custa anualmente cerca de 140 mil euros.

O mais absurdo desta situação é que que as novas instalações na capital holandesa continuam desocupadas enquanto que os serviços consulares mantem-se a funcionar nos mesmos locais em Roterdão, também arrendados e que custam 70 mil euros ano.

Ou seja, o Estado português está a

pagar dois alugueres.

Perguntas sem resposta

O deputado **Jorge Machado**, em Maio deste ano, voltou a questionar o MNE sobre esta questão que, na opinião do deputado comunista "*importa esclarecer quais as razões que justificam esta situação e este desperdício de recursos*".

Até à data o Governo mantém-se calado, talvez porque, como diz o ditado popular: *o segredo é a alma do negócio*. ●



Apresentação dos candidatos da CDU pela Europa

Em Thun, na Suíça, no dia 27 Junho, no piquenique promovido pela organização do PCP naquela localidade, foi feita a apresentação dos candidatos e do mandatário da CDU pelo círculo da Europa. Uma iniciativa que contou com a participação de muitos portugueses que reconhecem na CDU a força capaz de impulsionar uma nova política para o país e para as comunidades portuguesas.

A cabeça de lista da CDU por este círculo eleitoral, Maria Melo Galvão (São Belo), fez uma intervenção da qual sublinhamos algumas passagens.

Passada a batalha das eleições para o Parlamento Europeu, eis-nos lançados na batalha para a Assembleia da República.

Uma batalha que na CDU na Emigração encaramos também com determinação e confiança para confirmar aquilo que as eleições para o Parlamento Europeu demonstraram: uma clara condenação do Governo PS, uma clara condenação da política de direita que há mais de trinta anos nos governa. (...)

Para a CDU e todos aqueles que se têm oposto a esta política, as eleições podem e devem constituir, no momento do voto, uma clara afirmação da vontade de uma ruptura com a política de direita dos sucessivos governos. Sendo certo que o reforço da influência da CDU é a garantia de uma política alternativa de esquerda. (...)

A CDU é um espaço de convergência de causas e lutas onde cabem todos os que não se resignam com as políticas ruinosas prosseguidas ao longo de anos em Portugal e nas

Comunidades, com as potencialidades desperdiçadas pelos partidos PS, PSD e CDS-PP, que têm governado o país.

A CDU apresenta-se a estas eleições como a grande força de esquerda, espaço de convergência e acção unitária de todos quanto aspiram a uma mudança de política, portadora de um claro projecto de ruptura com a política de direita e de cujo reforço depende uma viragem na política nacional e a construção de uma nova política e um novo rumo para Portugal e na Diáspora. (...)

Aqui estamos nós a dar o pontapé de partida para esta campanha eleitoral. Uma campanha que será activa e tem de ser capaz de romper preconceitos, sentimentos de desânimo, conformismo e tendências abstencionistas que anos de políticas de direita instalaram em muitos portugueses.

Uma campanha marcada pela confiança alicerçada no património de trabalho e de acção da CDU em defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses e ancorada nas propostas que a CDU apresenta às comunidades portuguesas.

Luciano Caetano da Rosa, mandatário da CDU Europa que reside em Berlim, na Alemanha, preferiu uma intervenção da qual sublinhamos as seguintes passagens:

Os candidatos da CDU são gente que já deu provas em muitas frentes, em muitas lutas. Trata-se de pessoas que lutam com dedicação, com abnegação, de forma pessoalmente desinteressada, em prol dos outros, na defesa dos trabalhadores, em primeira linha, e sempre na defesa de mais justiça social, de melhores condições de vida para quem trabalha. (...)

Cremos que chegou a altura de os

emigrantes terem lá na AR um dos seus, alguém que vive há muito no estrangeiro e conhece bem os problemas que afectam as nossas comunidades e sua integração nos respectivos países. A nossa candidata, a camarada São Belo, tem um currículo invejável no panorama das suas actividades em prol das comunidades e dos trabalhadores, na resolução dos problemas das mulheres e das crianças emigrantes. É com mulheres e homens desta ténpera, que não viram a cara à luta, que a CDU se dispõe a concorrer às próximas eleições, esperando obter excelentes resultados, reforçando o seu número de deputados, na certeza de que só com mais deputados CDU é que os trabalhadores e os emigrantes poderão ver os seus direitos, aspirações e interesses mais bem defendidos.

Mensagem de Manuel Gomes da Silva

O candidato da CDU que reside no Luxemburgo, que por motivos profissionais não pode estar presente, endereçou uma mensagem onde a dado passo afirma: Ao longo dos meus 35 anos de emigrante aquilo que eu constato é que os sucessivos Governos prometem mas não cumprem, como quem diz: hoje mando eu, amanhã mandas tu.

Desta forma Portugal continua com uma má política e a população portuguesa tal como os mexilhões nas rochas, vai levando sempre com as mesmas pancadas das vagas do mar. Os portugueses necessitam de outras forças políticas capazes de se sentirem motivados para o progresso do país. Só com uma grande mobilização e capacidade de convencer os eleitores, a CDU podera obter os resultados mais desejados. Vamos todos em frente. Viva a CDU. Viva Portugal! ●

Compromisso para o futuro!

Nesta nova etapa do ciclo eleitoral a CDU apresentou os candidatos pelos dois círculos da Emigração. Candidaturas que com confiança e determinação defendem uma nova política para as Comunidades Portuguesas que tenha em conta os interesses de Portugal e dos portugueses, que rompa com a repetida alternância entre PS e PSD.

Candidatos do Círculo da Europa



Maria Melo Galvão (São Belo)
Vive em La Chaux de Fonds, Suíça.
53 anos.
Operária indústria (relojoaria).
Presidente do rancho folclórico Rosas de Portugal e membro da direcção da Federação Portuguesa de Folclore na Suíça.
Membro da Comissão para a integração dos estrangeiros no cantão de Neuchâtel.

Membro do Conselho das Comunidades Portuguesas.
Foi candidata da CDU nas eleições para a Assembleia da República em 2005 e para o Parlamento Europeu em 2009
Membro do Organismo de Direcção Nacional do PCP na Suíça.



Raul Lopes
Vive em Asnières-sur-Seine, França.
51 anos.
É empregado.
Militante associativo, é sócio da APCS de Garches, do CCPF de Asnières-sur-Seine, da ACP de Courbevoie-La Garenne e da associação Fraternité des Nations, de Garches.
Foi dirigente e coordenador de pro-

jectos da CCPF. Foi presidente da Associação Portuguesa Cultural e Social de Garches, França.

Foi director do "Jornal da Terra", de Aboim no concelho de Amarante.
Membro do Organismo de Direcção na Região de Paris do PCP.



Vera Pontes
Vive em Bruxelas.
Tem 30 anos.
É Arquitecta.
Licenciada em Arquitectura e Planeamento Urbano e Territorial pela Faculdade de Arquitectura, da Universidade Técnica de Lisboa. Trabalha num atelier de arquitectura em Bruxelas.

Em Portugal fez parte do movimento unitário "Em Movimento pelo Sim!" aquando do referendo para a despenalização do IVG.
Foi eleita pela CDU para a Assembleia Municipal de Arraiolos no mandato 2005/9.
Membro do PCP.



Manuel Gomes da Silva
Schiffange, Luxemburgo.
59 anos.
Alfaiate.
Presidente da Comissão de Ex-Militares no Luxemburgo.
Independente.

Mandatário da Europa

Luciano Caetano da Rosa
Vive em Berlim, Alemanha.
61 anos.
Professor de português.
Doutor em Letras. Co-editor da revista científica Lusorama, editada na Alemanha. É autor de uma vasta bibliografia científica e literária.
Viveu na Suíça entre 1970/75, foi sócio fundador do Centro Português de Neuchâtel, foi director e redactor do



Ludgero Escoval
59 anos.
Professor Universitário.
Mora em Luanda, Angola.
Doutorando em Direito Público, foi Administrador da Associação de Municípios do Distrito de Beja. É Consultor do Governo Provincial de Luanda e Director Adjunto da Faculdade de Ciências Jurídicas e Políticas de Luanda. Membro do PCP.



Deonilde Marques Pereira
65 anos, Telefonista.
Mora em Brisbane, Austrália.
Foi Funcionária Política.
Membro do PCP.

Candidatos do Círculo de Fora Europa



Inês Zuber
29 anos, Socióloga.
Bolsista de Doutoramento em Caracas, Venezuela. Membro da associação de Bolsistas de Investigação Científica. Vereadora Suplente da Câmara Municipal de Lisboa.
Membro do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa do PCP.



Júlio Rosado
73 anos, Técnico de Turismo em Toronto, Canadá.
Foi emigrante na Alemanha. Como Dirigente Associativo participou em diversas Direcções de Associações Populares, nomeadamente no Canadá.
Faz parte dos Corpos Sociais da ARE – Associação de Reencontro dos Emigrantes. Membro da Assembleia Municipal de Benavente.
Independente. ●



Ildefonso Garcia
67 anos, Engenheiro Civil, mora em São Paulo, Brasil.
É presidente do Centro Cultural 25 de Abril de São Paulo. Conselheiro do Conselho das Comunidades Luso Brasileiras.
Membro do Organismo de Direcção do PCP no Brasil.



Na Legislação que agora chega ao fim

PCP apresentou 8 Projectos de Lei (PL) e 5 Projectos de Resolução (PR) relacionados com Emigração

Pela criação de um programa de promoção, expansão e qualificação do ensino da língua e da cultura no estrangeiro (PR 47)

Foi apresentado em Junho de 2005. Com esta iniciativa o PCP defende que apostar no ensino da Língua e Cultura Portuguesas junto das Comunidades Portuguesas, é uma opção estratégica que não deve ser encarada como uma despesa mas sim como um investimento necessário para o presente e para o futuro de Portugal.

Cria os órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro (PL 144)

Apresentado em Junho de 2005. Pretendia criar uma estrutura mais representativa das comunidades portuguesas na perspectiva da existência de um órgão que melhor defendesse os seus interesses, prevendo a existência de Comissões Consulares, Conselhos de País, Conselho Mundial e um Conselho Permanente.

O porte pago aos órgãos de imprensa e publicações especializadas (PL 160 e 463)

Apresentado pela primeira vez em Setembro de 2005 e posteriormente em Fevereiro de 2008. Com esta medida o PCP pretendia minorar os encargos da imprensa regional, bem como das publicações editadas em Portugal e dirigidas às comunidades, tornando mais acessível a informação junto da Diáspora portuguesa contribuindo para o reforço dos seus laços com Portugal e as regiões de origem. Já em Abril de 2007 o PCP pediu a Apreciação parlamentar de um diploma governamental que alterou de forma significativa as regras de comparticipação do porte pago.

Integração de trabalhadores dos centros culturais no Instituto Camões (PL 186)

Apresentado em Dezembro 2005. Esta proposta Legislativa pretendia conferir estabilidade no trabalho a estes trabalhadores integrando-os no quadro de pessoal dos serviços externos do MNE, acabando com precariedade, ao mesmo tempo valorizar o investimento na cultura e na língua pátria. O Governo manifesta intenção de regularizar esta situação mas até à presente data nada fez.

Movimento Associativo das Comunidades Portuguesas (PL 208)

Foi apresentado em Fevereiro de 2006. O seu objectivo é o de reconhecer a importância da intervenção das Associações que são consideradas como verdadeiras embaixadas de Portugal. O movimento associativo na sua diversidade dinamizado pela vontade e pelo empenho dos portugueses e dos lusodescendentes tem tido um papel indispensável de promoção e valorização da nossa cultura e de Portugal.

Criação de um Fundo de apoio ao Movimento Associativo Português no Estrangeiro (PL 209)

Foi apresentado em simultâneo com o PL 208. Com a criação deste Fundo para além do reconhecimento do seu papel pretende-se atribuir os meios necessários ao Movimento Associativo Português no estrangeiro, por forma a desenvolver, com maior eficácia, a vasta e diversificada intervenção na construção de um vínculo de pertença cultural a Portugal, por parte dos nossos emigrantes.

A rede consular (PR 121 e 424)

O primeiro PR foi apresentado em Abril de 2006 na sequência da Audição parlamentar promovida pelo PCP decorrente do compromisso assumido em campanha eleitoral. O PR 424 foi apresentado em Fevereiro de 2009, decorre das consequências negativas para as comunidades portuguesas do processo de desmantelamento da rede consular impostas pelo Governo PS. Com esta iniciativa o PCP pretende adaptar a rede consular portuguesa à existência de novos fenómenos migratórios sem deixar de ter em conta as comunidades portuguesas já estabelecidas.

Serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PR 122 e 423)

Estes diplomas são complementares aos 121 e 424 e foram apresentados aos mesmo tempo. Com esta iniciativa o PCP pretendia potenciar melhor os recursos humanos e estruturas existentes na administração pública, recomendando a valorização da actuação dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros para melhor servir os portugueses que vivem fora do país.

Alterações à Lei do Recenseamento eleitoral (PL 714)

Apresentado em Abril de 2009. Esta iniciativa do PCP procura implementar um conjunto de soluções práticas visando facilitar a inscrição e a fiscalização dos actos inerentes ao recenseamento eleitoral no país e na emigração.

Fundo de apoio social aos emigrantes portugueses (PL 533)

Datado de Maio de 2009. O PCP considerando as limitações dos projectos ASIC e ASEC, pretende garantir a todos aqueles que vivem em situações de reconhecida carência uma situação económica com um mínimo de dignidade. Um Fundo que será assegurado, nomeadamente pela transferência anual do Orçamento do Estado correspondente a uma verba não inferior a 25% do imposto que o Estado recebe das contas bancárias dos emigrantes. ●

Eleições Legislativas a 27 Setembro

As eleições Legislativas realizam-se no próximo dia 27 de Setembro. Os portugueses que vivem no estrangeiro e que se encontrem inscritos nos cadernos eleitorais votam por correspondência.

Para os que ainda não estão inscritos nos cadernos eleitorais ou estando inscritos não têm a morada actualizada deverão deslocar-se ao consulado da sua área de residência para inscrever-se ou actualizar a morada.

Pode consultar os cadernos eleitorais para verificar se está inscrito, em:

www.recenseamento.mai.gov.pt ●

Mais força à CDU



Distribuição do Boletim CDU em Bruxelas durante a campanha eleitoral para o PE

Nas Comunidades Portuguesas o resultado eleitoral para o **Parlamento Europeu** ficou marcado pelo mesmo elemento que marcaram eleições anteriores: pela forte abstenção que desta vez ultrapassou os 97%. Muitas razões podem ser apontadas para justificar este dado, mas no nosso entender existe um que é transversal a todos os países. A falta de informação da parte das autoridades oficiais numa clara manifestação de desprezo pelos eleitores que residem no estrangeiro.

A CDU, pelo seu lado, empenhou-se no esclarecimento, promovendo uma ampla e diversificada intervenção na pré-campanha e campanha eleitoral.

Com 17,3% no conjunto dos países da Europa, a CDU obtém o seu melhor resultado dos últimos 25 anos. É de assinalar ainda o facto de na Alemanha

ter obtido o melhor resultado de sempre e ser a primeira força mais votada no consulado de Dusseldorf. Bem como, e também pela primeira

vez, ter ganho no consulado em Berna, na Suíça, neste país a CDU tendo subido para 2.º lugar ficou a uns escassos 6 votos do PS. ●

Em defesa de uma rede consular ao serviço de Portugal e dos portugueses

Desde a primeira hora o PCP associou-se à luta desencadeada pela comunidades portuguesas nos diversos países contra a famigerada reestruturação consular apresentada pelo Governo e que durante todo o ano de 2007 foi recebida com uma enorme contestação em diversos países e continentes.

Intervindo no Plenário da Assembleia da República o Presidente do Grupo Parlamentar, **Bernardino Soares**, teve oportunidade de denunciar as verdadeiras intenções do Governo, afirmando:

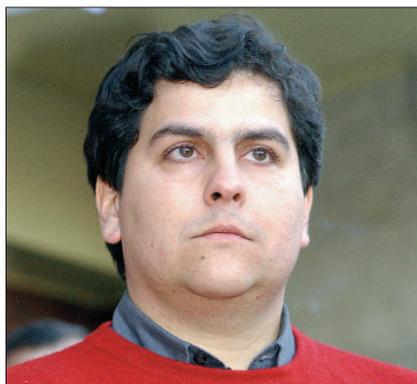
O que está em causa equivale à aplicação do PRACE às comunidades portuguesas. Trata-se da aplicação da

política de redução de serviços, de destruição do apoio público aos nossos cidadãos, neste caso, aos que estão no estrangeiro, com esta medida de encerramento de consulados e de desgradação de outros que, mantendo-se em funcionamento, deixam de ter a mesma dignidade e a mesma capacidade de resposta. Somos favoráveis a medidas de simplificação, de utilização das novas tecnologias para o acesso à Administração Pública e aos respectivos serviços, mas temos a certeza de que o encerramento de serviços consulares de forma nenhuma pode ser substituído por qualquer consulado virtual.

O momento alta da contestação teve



As maiores manifestações contra a desastrosa política do Governo



lugar em Paris, no dia 18 de Março de 2007, onde se realizou uma manifestação para onde convergiram milhares de portugueses de vários pontos da França. O Deputado do PCP, **Jorge Machado**, deslocou-se a Paris para participar nesta iniciativa e expressar a solidariedade do PCP com os manifestantes:

O Governo do PS numa tentativa de dourar a pílula e torná-la menos amarga, descobriu agora o "consulado Vir-

tual", reduzindo o posto consular a um mero receptáculo de actos administrativos e mesmo assim ainda muito longe de responder às necessidades sobretudo se tivermos em conta que alguns dos actos administrativos, entre os mais solicitados, como seja o passaporte e o bilhete de identidade, ou o futuro cartão do cidadão, por razões de segurança tornaram a sua emissão mais complexa e morosa. ●

Eles prometem mas não cumprem

Os ex-militares emigrantes têm vindo a ser vítimas dos sucessivos governos que ao longo de anos mais não têm feito do que promessas quanto a resolução da sua justa aspiração, ou seja, o de verem contabilizado o tempo de serviço militar efectuado antes do 25 de Abril, para efeitos de obtenção de reforma.

Os Partidos que nos têm governado, cada um à sua maneira, desde o Governo PS de Guterres, passando pelo Governo PSD/PP de Durão Barroso/ Paulo Portas, até ao actual Governo de Sócrates, mais não tem feito do que nos entreter com promessas embrulhadas em leis, que remetem para outras leis a publicar mais tarde, acabando por ficar umas e outras dependentes de regulamentação que, por sua vez, depois de publicada, é como um baralho de cartas que se volta a baralhar para recomeçar de novo.

Os Governos têm-se portado como autênticos mestres da prestidigitação. E neste jogo de ilusões quem tem perdido somos nós, os ex-militares.

Mas o cinismo encontrou neste Governo do PS a sua expressão máxima, com particular destaque para o muito simpático Secretário de Estado António Braga que, em períodos diferentes e ao longo dos anos que dura esta legislatura, nos foi "vendendo" a ideia do



Manuel Gomes da Silva presta declarações à comunicação social quando da concentração em Lisboa promovida pelos ex-militares a exigir justiça, em Agosto de 2006

empenhamento do Governo em resolver este problema. No primeiro ano de Governo PS foi-nos dito que até final de 2005 o problema ficaria resolvido, Não ficou!

Depois, veio o discurso sobre a necessidade de estudar *aprofundadamente* o problema, e, na sua passagem pelo Luxemburgo, em Junho de 2007, num encontro com a Comissão dos ex-

militares o mesmo Secretário de Estado sentindo-se apertado e talvez porque a imaginação não o ajudou, acabou por afirmar que "os ministérios da Defesa, do Trabalho, da Segurança Social e dos Negócios Estrangeiros chegaram a consenso para que se encontre uma solução para a situação dos ex-combatentes até ao final do ano." O único consenso a que chegaram, ou pelo me-

nos a isso somos obrigados a concluir, foi o de adiar a resolução do problema. De facto, o fim de 2007 chegou mas a resolução do problema ficou, mais uma vez, por resolver.

Este ano - por coincidência ano de eleições - o Governo manda publicar nova legislação: depois da 9/2002, veio a 21/2004 e a 160/2004, e agora temos a 3/2009.

Mas, surpresa das surpresas, constatamos que esta nova lei de facto ignora tudo aquilo que tinha sido discutido e avançado nas reuniões entre os representantes dos ex-militares (a Associação de França e a Comissão do Luxemburgo) e membros do Governo.

Esta nova Lei, que demorou tantos anos a fazer, não passa de um emaranhado de artigos e alíneas e são os próprios serviços da Segurança Social que dizem publicamente não saberem como aplicá-la. Esta nova Lei mais não faz do que criar um suplemento de pensão desligado daquela que é a nossa reivindicação principal: *que a contagem do tempo de serviço militar obrigatório seja contado pela Segurança Social para efeitos de abertura do direito à pensão.*

Esta é a luta que iremos continuar para que justiça seja feita.

Manuel Gomes da Silva
Candidato da CDU/Europa ●

Festa do Avante!

Não há festa como esta!

A Festa do Órgão Central do PCP é hoje a festa de Portugal e dos portugueses. Nos dias 4, 5 e 6 de Setembro. Compra já a tua EP! Entrada Permanente, no valor de 19 € até ao dia 3 de Setembro, e no valor de 28 € nos dias da Festa. Assiste aos grandes concertos de música clássica, de rock, de fados, de todas as melodias. Prova os vários sabores da gastronomia de todas as regiões de Portugal que pelas mãos das organizações regionais do PCP chegam à Festa. Visita as várias exposições que vão estar patentes ao público, nomeadamente a XVI Bienal de Artes Plásticas. E convive, convive. Leva os teus amigos também!

Como habitualmente haverá o **espaço da Emigração**. Um espaço de convívio e de reencontro entre muitos dos que foram emigrantes e dos que ainda o são e encontram disponibilidade para vir à Festa. Esta vertente, associada ao debate político são apanágio do Pavilhão da Emigração.

No bar da Emigração teremos a salsicha alemã grelhada, febra no pão, sopas, crespes, sangria bem com o genuíno Champanhe.

Mantemos também o espaço dedicado aos mais pequeninos, o Espaço Bebê, onde os pais e as mães podem tranquilamente tratar da higiene dos seus filhos.

Já começaram as jornadas de trabalho na Festa do Avante!

Na Quinta da Atalaia, na Amora, Seixal, já começaram as jornadas de trabalho voluntário que farão, tal como nos anos anteriores, aquela que é a grande festa de Abril, da Juventude, da Cultura, da Liberdade. Participa! Na Festa e na sua construção. ●



COMPRA JÁ A TUA EP e poupa € 9
€ 19 até 3 de Setembro

NÃO HÁ FESTA COMO ESTA!

EP – Título de Solidariedade
 € 28,00 em 4, 5 e 6 de Setembro
 À venda nos Centros de Trabalho do PCP
www.pcp.pt

NÃO HÁ FESTA COMO ESTA!

Avante! Ler e Divulgar

**Órgão Central do PCP.
A Voz dos trabalhadores.**

**Assinaturas:
Europa – 50 números: 116€
Fora da Europa – 50 números: 167€**

**Editorial Avante!
Av. Almirante Gago Coutinho, 121
1700-029 Lisboa**

Email: avante@pcp.pt
Web: www.avante.pt